

Retrato Territorial de Portugal

2011

Sistema Urbano, Transformações Familiares, Reabilitação e Arrendamento Habitacionais: uma perspetiva territorial

O processo de concentração populacional no Litoral continental e de bipolarização nas áreas metropolitanas continua a manifestar-se, num contexto de abrandamento do crescimento demográfico. As alterações de residência ocorrem, em todas as regiões, sobretudo num âmbito territorial circunscrito à freguesia. Existem apenas sete lugares no país com mais de 100 mil habitantes. O número de municípios polarizadores de emprego aumenta mas Lisboa e Porto continuam a destacar-se.

A prevalência de famílias unipessoais com idosos é maior no Interior Norte e Centro do Continente. A monoparentalidade com filhos dependentes registou um incremento generalizado a todas as regiões. A relevância das uniões de facto é crescente e a sua expressão é maior no Sul do Continente. A recomposição familiar é mais expressiva nas regiões de Lisboa e do Algarve.

A situação de excesso de alojamentos familiares face ao número de famílias clássicas é comum a todos os municípios nacionais. Em mais de dois terços das freguesias, não existem alojamentos familiares não clássicos¹, tendo sido registada uma redução generalizada deste tipo de alojamentos. Os alojamentos arrendados apresentam mais carências internas do que os alojamentos ocupados pelo proprietário. O valor médio das rendas aumentou mais do que os encargos por compra de habitação própria em todas as regiões do país, com exceção da Região Autónoma dos Açores.

O INE publica, em 2013, uma edição do Retrato Territorial de Portugal (publicação bienal) inteiramente dedicada ao estudo aprofundado de três temáticas: *A caracterização do sistema urbano e a organização do território*, *A perspetiva territorial das transformações familiares recentes* e *O diagnóstico territorial da reabilitação e do arrendamento habitacionais*, apenas possível devido à informação estrutural proporcionada pelos resultados definitivos dos recenseamentos da população e da habitação.

Estas temáticas são, respetivamente, analisadas no contexto dos três domínios que estruturam o Retrato Territorial de Portugal: *Qualificação territorial*, *Qualidade de vida e coesão* e *Crescimento e competitividade*.

¹ Os alojamentos familiares não clássicos podem ser barracas, casas rudimentares de madeira, alojamentos improvisados em edifício, móveis ou outros locais habitados.

O domínio *Qualificação territorial* aborda *A caracterização do sistema urbano e a organização do território*, por recurso à identificação das dinâmicas recentes da estruturação do povoamento, da hierarquia do sistema urbano e da organização funcional dos territórios.

A análise da intensidade e do ritmo da urbanização permite uma leitura das assimetrias de ocupação do território nacional que constitui uma base essencial para a interpretação das dinâmicas de desenvolvimento.

Para este quadro analítico, salienta-se a informação censitária relativa às alterações de residência da população – que permitem captar as dinâmicas e padrões das migrações internas –, aos lugares – que constituem a base para a identificação dos aglomerados urbanos – e aos movimentos pendulares – que permitem ilustrar as principais bacias de vida quotidiana.

O domínio *Qualidade de vida e coesão* discute *A perspetiva territorial das transformações familiares recentes*, através da análise da relevância das famílias unipessoais, da importância da monoparentalidade e da expressão das relações conjugais não formalizadas.

Subordinado a um quadro de reconhecimento de uma maior expressão da diversidade de modelos familiares em Portugal, a análise de base territorial permite identificar perfis regionais distintos no que diz respeito ao ritmo de transformação da família em Portugal.

A informação recolhida para as unidades estatísticas censitárias “família” e “núcleo familiar”, articulada com a informação dos indivíduos, permite construir indicadores e tipologias de caracterização de famílias que, associados a uma desagregação territorial mais fina do que aquela que é viável na generalidade dos inquéritos às famílias, constituem um instrumento de análise único para a identificação dos padrões territoriais das transformações familiares recentes.

No domínio *Crescimento e competitividade*, é traçado *O diagnóstico territorial da reabilitação e do arrendamento habitacionais*, através da caracterização do parque habitacional e da avaliação do excedente de alojamentos, da identificação dos níveis de qualificação da habitação e da expressão do mercado de arrendamento.

Este diagnóstico procura contribuir para o conhecimento do setor habitacional, na medida em que está em causa a transição de um modelo que tem assentado na construção de habitação e na aquisição de habitação própria para outro apoiado na dinamização da reabilitação e do arrendamento habitacionais.

I. A CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA URBANO E A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

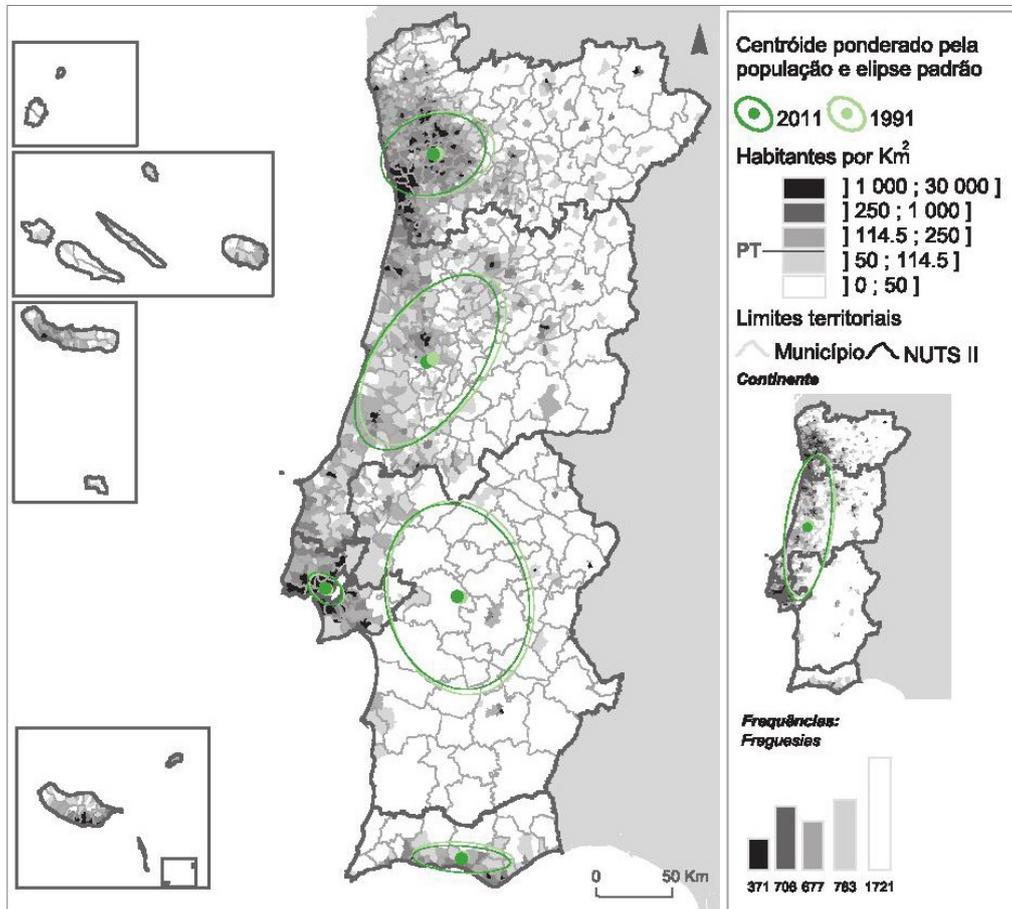
O domínio *Qualificação territorial* aborda *A caracterização do sistema urbano e a organização do território*, por recurso à identificação das dinâmicas recentes da estruturação do povoamento, da hierarquia do sistema urbano e da organização funcional dos territórios.

A análise da intensidade e do ritmo da urbanização permite uma leitura das assimetrias de ocupação do território nacional que constitui uma base essencial para a interpretação das dinâmicas de desenvolvimento. Para este quadro analítico, salienta-se a informação censitária relativa às alterações de residência da população – que permitem captar as dinâmicas e padrões das migrações internas –, aos lugares – que constituem a base para a identificação dos aglomerados urbanos – e aos movimentos pendulares – que permitem ilustrar as principais bacias de vida quotidiana.

Num contexto de abrandamento do crescimento demográfico, continua a manifestar-se um processo de concentração populacional no Litoral continental e de bipolarização nas áreas metropolitanas

Em 2011, residiam em Portugal 10,6 milhões de pessoas, mais 200 mil do que em 2001, refletindo um crescimento de 2,0%. Este valor traduz um abrandamento do crescimento populacional: de 4,9%, entre 1991 e 2001, para 2,0%, entre 2001 e 2011.

Densidade populacional, por freguesia, 2011



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 1991 e 2011.

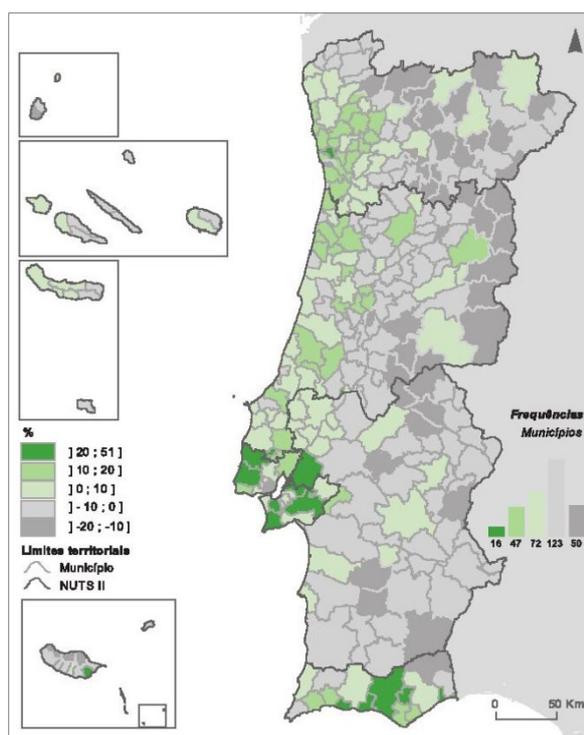
A evolução da distribuição da população, entre 1991 e 2011, sugere o reforço da concentração populacional no Litoral continental – em particular, nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto – traduzindo a continuidade do processo de litoralização e bipolarização da população residente verificado nas últimas décadas.

O processo de litoralização está patente na deslocação no sentido Sudoeste dos centróides correspondentes à densidade populacional do Continente, comportamento também constatável nas regiões Norte e Centro.

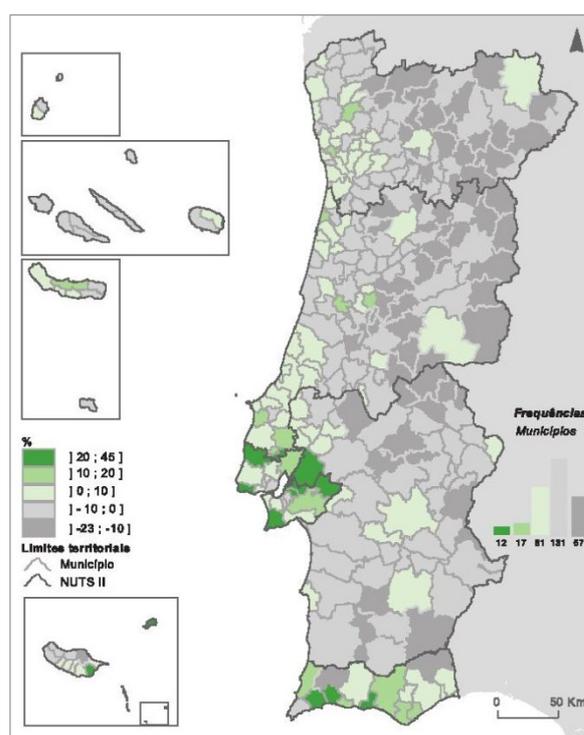
Das 371 freguesias nacionais que apresentavam uma densidade populacional superior a mil habitantes por km², 143 localizam-se na Área Metropolitana de Lisboa e 85 na Área Metropolitana do Porto.

Paralelamente, continuou a verificar-se perda de população nos municípios do Interior do país: o número de municípios que perdeu população aumentou de 173, entre 1991 e 2001, para 199 entre 2001 e 2011, tendo igualmente aumentado o número de municípios com decréscimos populacionais superiores a 10%, localizados maioritariamente no Interior do país.

Taxa de variação da população residente, por município, 1991/2001



Taxa de variação da população residente, por município, 2001/2011



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2001 e 2011.

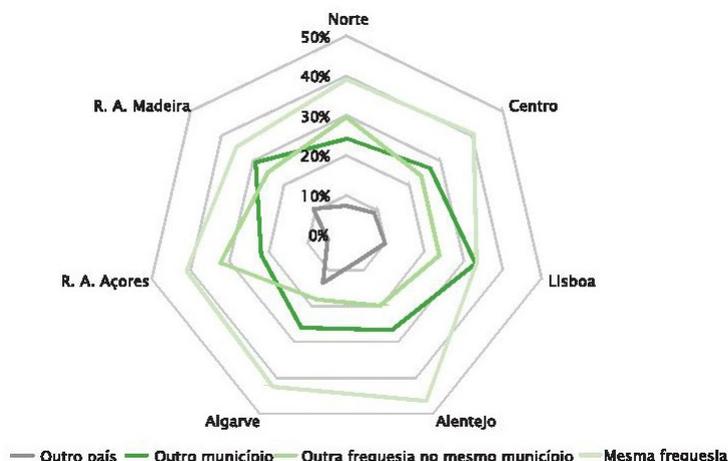
As alterações de residência ocorrem, em todas as regiões, sobretudo num âmbito territorial circunscrito à freguesia

A análise regional das migrações residenciais por local de proveniência, em 2011 face a 2005, evidencia que, em todas as regiões NUTS II, era maior a proporção de população que mudou de residência dentro da mesma freguesia, relativamente aos outros âmbitos de alteração de residência.

Esta situação assinala uma tendência para a manutenção do contexto socioespacial de vivência quotidiana nos casos em que se concretizou a necessidade de alteração de residência. Lisboa foi a região onde se registou uma maior mobilidade da população proveniente de outros municípios (33% do total de imigrantes residenciais).

No conjunto de pessoas que mudaram de residência, 9% era proveniente do estrangeiro. Este indicador atingiu os valores mais elevados no Algarve (14%) e na Região Autónoma da Madeira (11%), sugerindo maior atratividade residencial de pessoas provenientes do estrangeiro em territórios com características turísticas.

Repartição das migrações residenciais por local de proveniência, por NUTS II, 2011



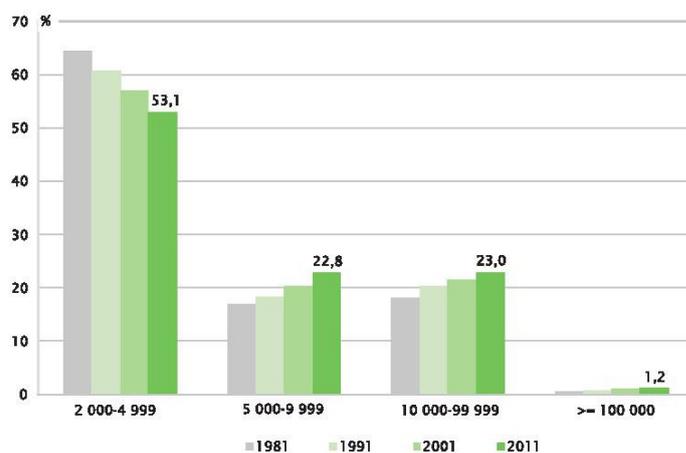
Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

Existem apenas sete lugares no país com mais de 100 mil habitantes

Em 2011, existiam em Portugal 588 lugares com dois mil ou mais habitantes, representando 2,2% dos cerca de 27 mil lugares do país.

Nas últimas três décadas (de 1981 a 2011), e por referência ao escalão de dimensão dos lugares com dois mil ou mais habitantes, a estrutura de lugares alterou-se no sentido de um reforço do número de aglomerados de maior dimensão populacional face aos de menor dimensão. Esta alteração foi marcada por uma diminuição na proporção de aglomerados de dois mil a cinco mil habitantes, passando de 64,5% em 1981 para 53,1% em 2011, por oposição a um aumento da proporção de lugares nos escalões de aglomerados de maior dimensão populacional.

Distribuição dos lugares com dois mil ou mais habitantes segundo os escalões de dimensão populacional, Portugal, 1981, 1991, 2001 e 2011

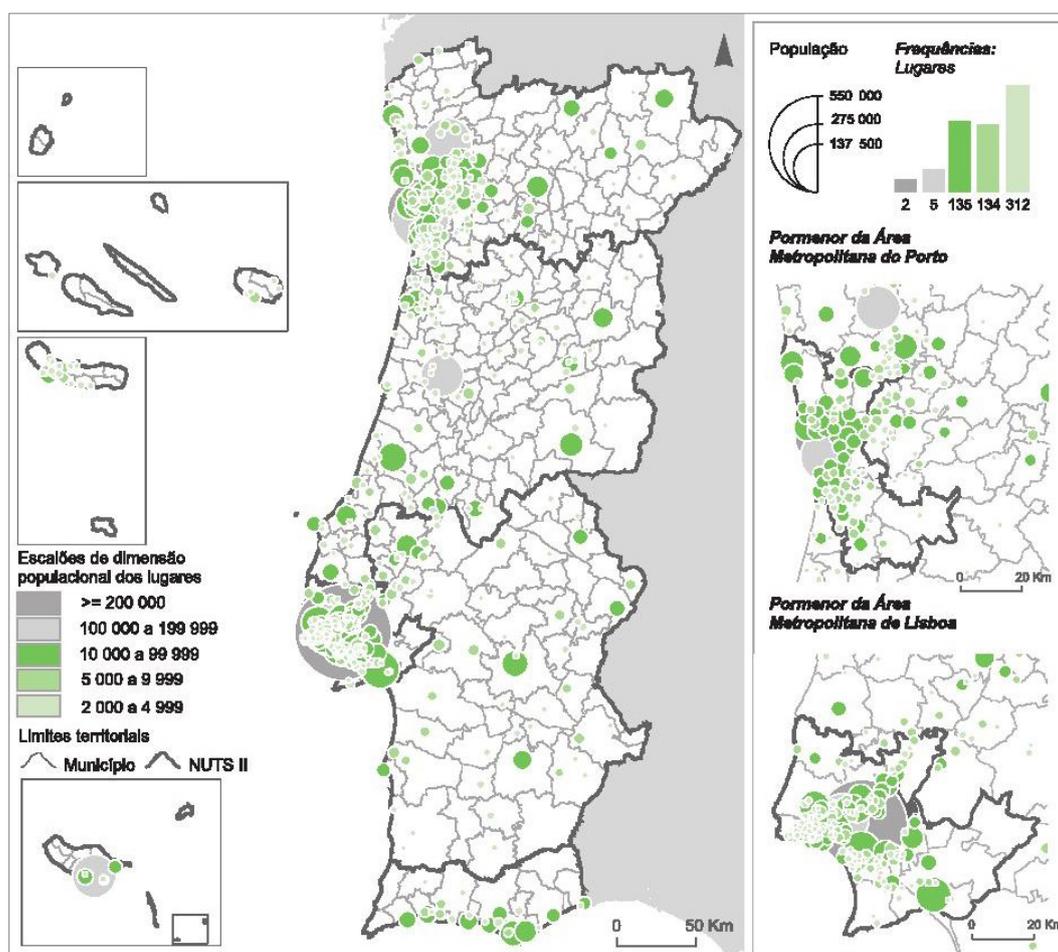


Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 1981, 1991, 2001 e 2011.

O sistema urbano português, em 2011, caracterizava-se pela existência de apenas sete lugares com dimensão superior a 100 mil habitantes que concentravam cerca de 14% da população total: para além dos centros metropolitanos – Lisboa (548 mil habitantes) e Porto (238 mil) –, destacavam-se dois lugares das áreas metropolitanas – Vila Nova de Gaia (187 mil) e Amadora (175 mil) –, duas cidades capitais de distrito – Braga (137 mil) e Coimbra (106 mil) – e o Funchal (112 mil).

Circunscrevendo a análise aos aglomerados populacionais com dimensão entre 20 mil e 100 mil habitantes localizados fora das duas áreas metropolitanas, identifica-se um conjunto de lugares estruturantes, essencialmente no Interior do Continente – casos de Bragança, Vila Real, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Évora e Beja –, mas também cidades mais próximas do Litoral – Viana do Castelo, Barcelos, Guimarães, Aveiro, Leiria, Caldas da Rainha, Santarém, Entroncamento, Portimão, Faro e Olhão – e Ponta Delgada. Verifica-se, assim, a ausência de qualquer lugar com mais de 20 mil habitantes no Litoral alentejano.

População residente em lugares com dois mil ou mais habitantes, Portugal, 2011



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

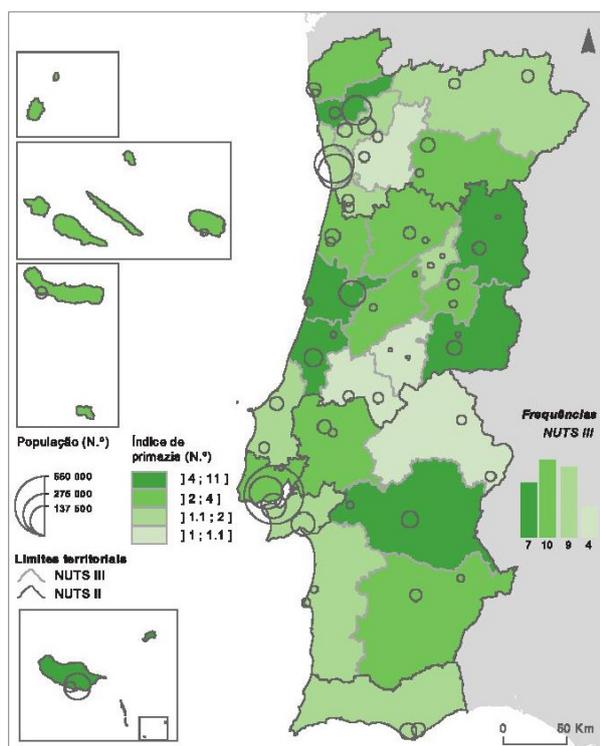
Atenuou-se a distância entre os dois lugares mais populosos (Lisboa e Porto) e o terceiro maior lugar

O índice de primazia – rácio entre a população residente no lugar mais populoso e a população residente no segundo lugar mais populoso – tem-se mantido relativamente estável: a relação entre a população residente em Lisboa e no Porto era, em 1981, de 2,5, tendo passado para 2,3 em 2011.

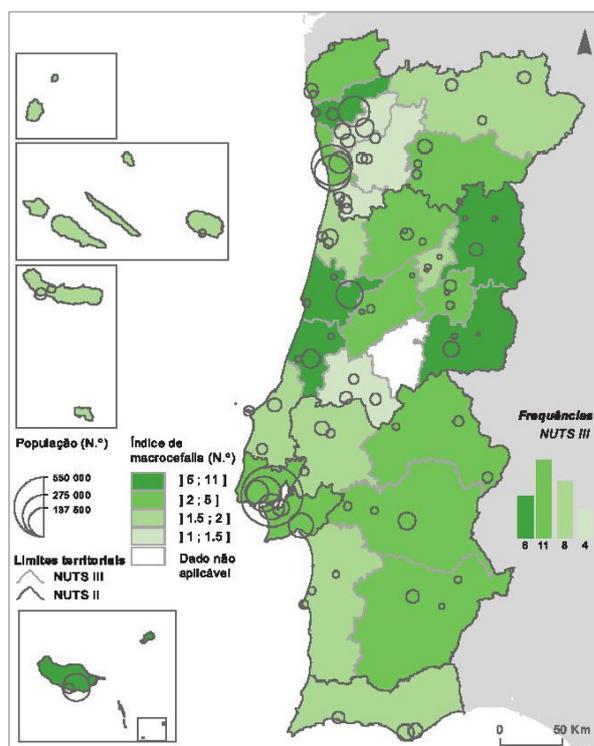
Em 2011, os valores mais elevados da relação primacial entre os aglomerados populacionais, ao nível das sub-regiões NUTS III, registavam-se nas sub-regiões do Baixo Mondego (de Coimbra face a Figueira da Foz) e da Beira Interior Norte (da Guarda face a Pinhel). Destacava-se ainda a supremacia populacional (acima de 4) de Braga face a Barcelos

(no Cávado), de Leiria face a Pombal (no Pinhal Litoral), de Castelo Branco face a Alcains (na Beira Interior Sul) e de Évora face a Vendas Novas (no Alentejo Central), bem como a desigualdade entre a população do Funchal e de Câmara de Lobos, na Região Autónoma da Madeira. Por oposição a estes subsistemas em que um centro urbano é claramente dominante face aos restantes, importa salientar as situações do Médio Tejo, do Alto Alentejo, do Pinhal Interior Sul e do Tâmega, onde o índice de primazia era inferior a 1,1 e o maior lugar não atingia os 20 mil habitantes (com exceção do Médio Tejo).

Índice de primazia do sistema urbano e população dos dois maiores lugares, por NUTS III, 2011



Índice de macrocefalia do sistema urbano e população dos três maiores lugares, por NUTS III, 2011



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

O índice de macrocefalia – rácio entre a média da população residente nos dois lugares mais populosos e a população residente no terceiro lugar mais populoso – tem diminuído continuamente entre 1981 (5,9: Lisboa e Porto face à Amadora) e 2011 (2,1: Lisboa e Porto face a Vila Nova de Gaia).

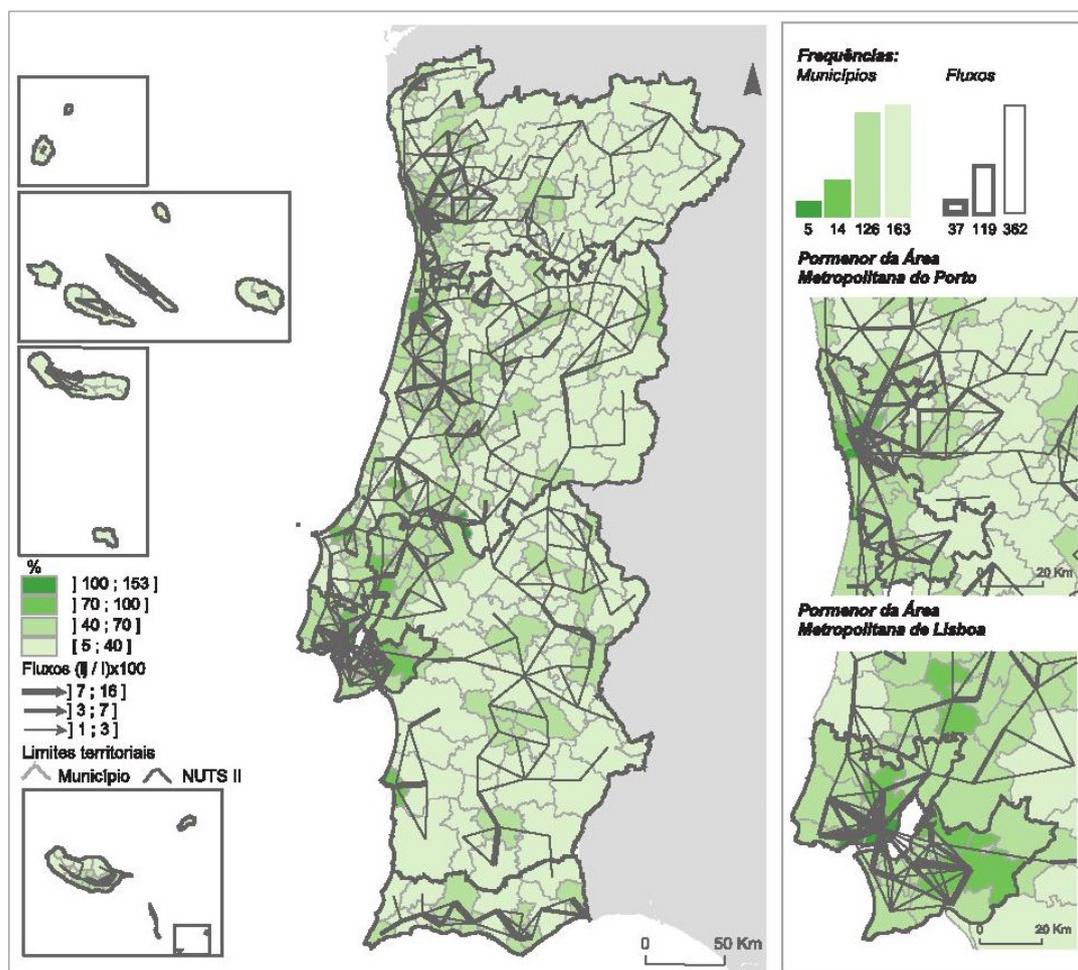
No retrato territorial de 2011 destacavam-se seis sub-regiões com os valores mais elevados (superiores a 5) e que apresentavam também índices de primazia elevados (superiores a 4). Em três destes subsistemas, a população residente no segundo maior lugar era aproximadamente o dobro da população residente no terceiro maior lugar, denotando uma rede mais hierarquizada: subsistema do Cávado, centrado em Braga, Barcelos e Esposende; da Beira Interior Sul, centrado em Castelo Branco, Alcains e Idanha-a-Nova; e do Baixo Mondego centrado em Coimbra, Figueira da Foz e Cantanhede. As sub-regiões do Tâmega, do Médio Tejo, do Ave e do Entre Douro e Vouga apresentavam, por esta ordem, maior regularidade na distribuição da população pelos seus centros, em resultado de índices de macrocefalia inferiores a 1,5.

A interação funcional em termos de movimentos pendulares destaca os municípios metropolitanos

A espacialização do indicador de mobilidade pendular dos municípios – rácio entre a soma dos fluxos de entrada e de saída de população empregada ou estudante no município e o total da população empregada ou estudante residente no município – reflete o grau de abertura dos municípios face aos restantes territórios no que respeita à mobilidade quotidiana. Da análise, sobressaem as interações entre municípios vizinhos, sobretudo nos territórios metropolitanos, o que permite sublinhar a importância de uma lógica de contiguidade espacial nas condições intermunicipais de mobilidade.

Identifica-se, com maior mobilidade pendular, um contínuo territorial centrado na região de Lisboa e que se estende a municípios do Vale do Tejo (sub-regiões da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo) e ainda uma outra faixa territorial que abrange os municípios a Sul de Coimbra, prolongando-se pelo Litoral até à Área Metropolitana do Porto. Em cinco municípios, o indicador de mobilidade pendular situava-se acima de 100%: Porto (153%), Lisboa (145%), São João da Madeira (124%), Constância (116%) e Oeiras (102%).

Mobilidade pendular e fluxos relativos de interação da população empregada ou estudante, por município, 2011



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

Nota: Representação dos fluxos de interação com valor superior a 1%.

A representação dos fluxos relativos de interação entre pares de municípios (peso da soma dos fluxos entre cada par de municípios na população residente empregada de ambos os territórios) revela um sistema de relações mais complexo nos municípios que rodeiam as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, mas também no Algarve (onde sobressaem os municípios costeiros), na ilha de São Miguel (relações com o município de Ponta Delgada) e na ilha da Madeira.

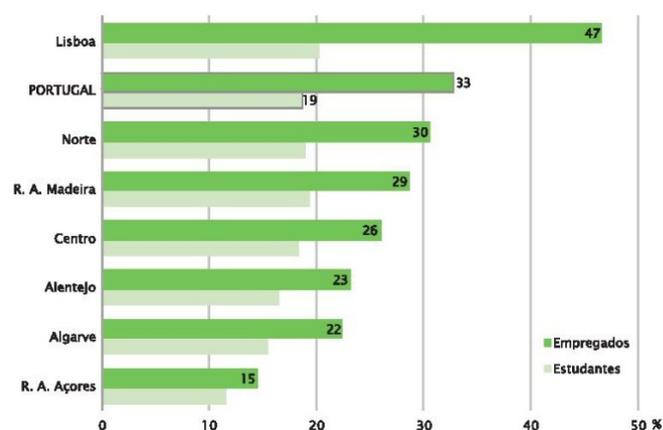
Os pares de municípios com maior interação funcional (valores mais elevados neste indicador) eram: Funchal e Santa Cruz, na Região Autónoma da Madeira (onde 15% da população residente empregada ou estudante se movimentava entre estes 2 municípios), Sines e Santiago do Cacém (13,5%), Porto e Matosinhos (13,3%), Porto e Vila Nova de Gaia (12,4%), Porto e Gondomar (12,3%), Lisboa e Loures (11,3%) e Lisboa e Sintra (11%).

O número de municípios polarizadores de emprego aumenta mas Lisboa e Porto continuam a destacar-se

Entre 2001 e 2011, a população empregada em Portugal diminuiu, porém, a análise dos movimentos casa-trabalho nos dois momentos censitários mostra que aumentou o número de empregados que se deslocava para outro município para trabalhar (+4,1% em 2011 do que em 2001); por consequência, aumentou a proporção de empregados a trabalhar noutros municípios, passando de 30% para 33% da população empregada do país.

Esta proporção aumentou em todas as NUTS II, com as maiores variações neste indicador a registarem-se na Região Autónoma da Madeira e no Centro.

Proporção da população empregada cujo local de trabalho é noutro município, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011

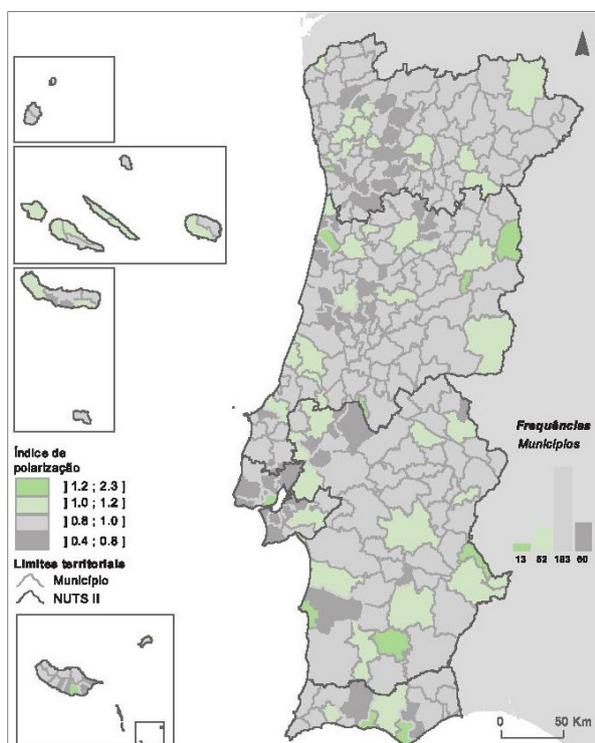


Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2001 e 2011.

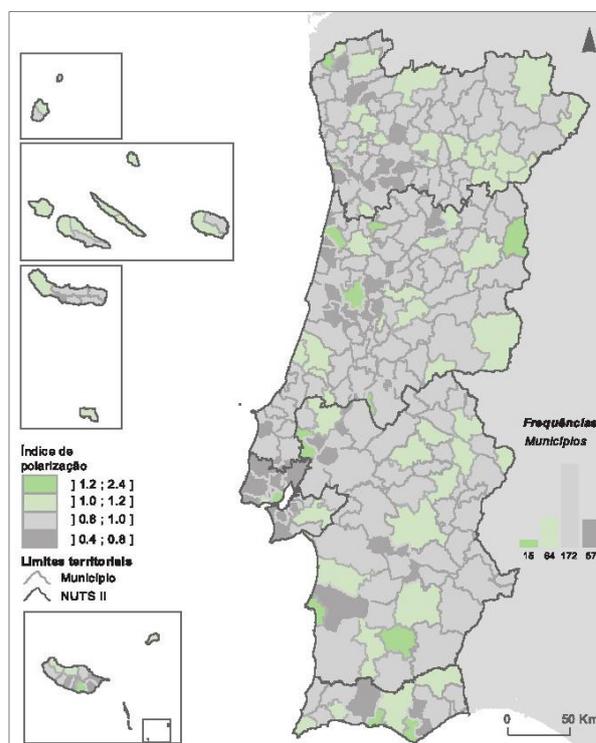
Entre 2001 e 2011, aumentou o número de municípios que apresentavam um índice de polarização de emprego (rácio entre o número de empregados no município e a população empregada residente nesse município) acima de 1 (de 65 para 79 municípios).

Os municípios com índices de polarização de emprego superiores a 1,5 eram, em 2011, Lisboa (2,31), Porto (2,05), Sines (1,89), Constância (1,68) e São João da Madeira (1,61). Sobressaíam, ainda, em 2001 e em 2011, por apresentarem um nível de emprego correspondente a apenas cerca de metade da sua população residente empregada, os municípios de Odivelas, da Moita, do Seixal e de Gondomar.

Índice de polarização de emprego, por município, 2001



Índice de polarização de emprego, por município, 2011



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2001 e 2011.

II. A PERSPETIVA TERRITORIAL DAS TRANSFORMAÇÕES FAMILIARES RECENTES

O domínio *Qualidade de vida e coesão* discute *A perspetiva territorial das transformações familiares recentes*, através da análise da relevância das famílias unipessoais, da importância da monoparentalidade e da expressão das relações conjugais não formalizadas. Subordinado a um quadro de reconhecimento de uma maior expressão da diversidade de modelos familiares em Portugal, a análise de base territorial permite identificar perfis regionais distintos no que diz respeito ao ritmo de transformação da família em Portugal.

A informação recolhida para as unidades estatísticas censitárias “família” e “núcleo familiar”, articulada com a informação dos indivíduos, permite construir indicadores e tipologias de caracterização de famílias que, associados a uma desagregação territorial mais fina do que aquela que é viável na generalidade dos inquéritos às famílias, constituem um instrumento de análise único para a identificação dos padrões territoriais das transformações familiares recentes.

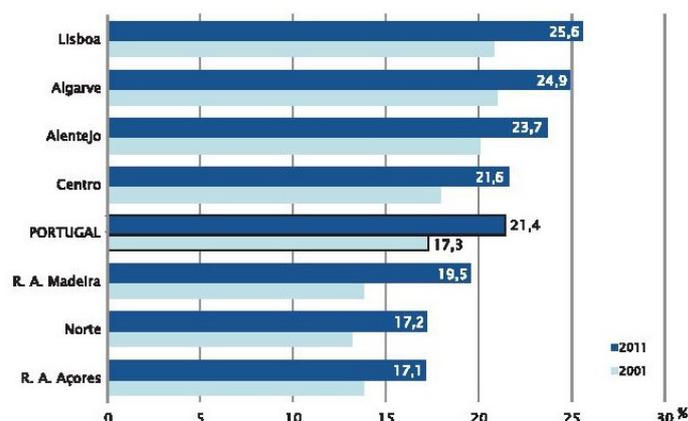
A prevalência de famílias unipessoais com idosos é maior no Interior Norte e Centro do Continente

Entre 2001 e 2011, a proporção de famílias unipessoais aumentou em todas as regiões, o que se refletiu no aumento de 4 pontos percentuais para o total do país.

Em 2011, as regiões Lisboa, Algarve, Alentejo e Centro detinham as proporções mais elevadas, e acima da média do país (21,4%), de famílias unipessoais.

A representação da proporção de famílias unipessoais com pessoas com 65 ou mais anos, no total de famílias clássicas por freguesia permite evidenciar dois padrões territoriais.

Proporção de famílias clássicas unipessoais, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011

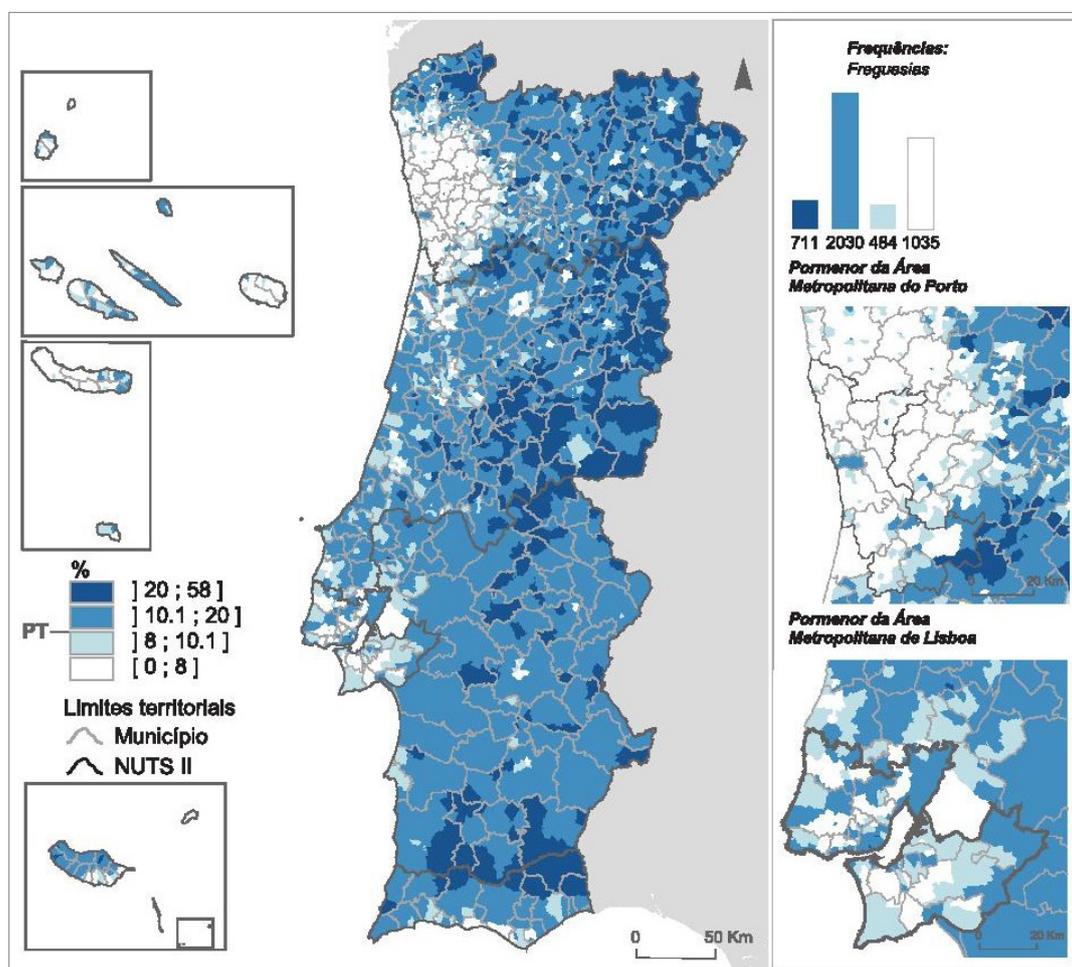


Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2001 e 2011.

Por um lado, a prevalência deste tipo de situações associa-se a freguesias de municípios sobretudo do Interior Norte e Centro do país, o que reflete não só a desocupação que se regista nestes espaços, mas também o isolamento em termos do quotidiano de quem lá permanece, principalmente daqueles que se encontram nas faixas etárias superiores.

Por outro lado, constata-se, ainda, o efeito de um processo de suburbanização nas duas áreas metropolitanas, verificando-se uma incidência de proporções mais elevadas de famílias unipessoais de idosos nos municípios de Lisboa e do Porto por comparação com os valores observados para os municípios circundantes.

Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos, por freguesia, 2011



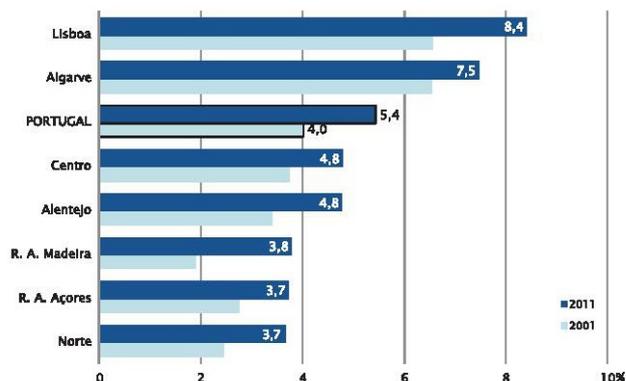
Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

O aumento generalizado da proporção de famílias unipessoais jovens é acompanhado por um aumento global da proporção de núcleos familiares com filhos tendo um dos filhos entre 25 e 34 anos

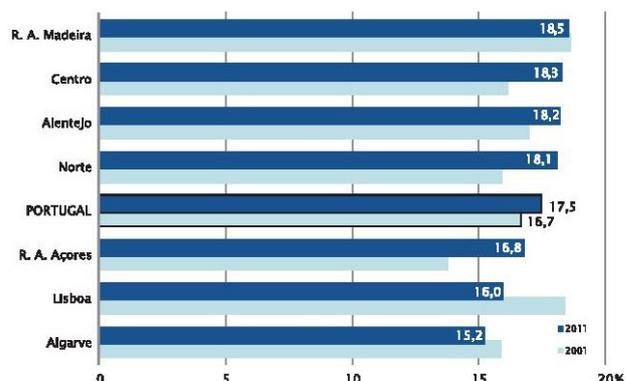
A proporção de pessoas entre os 18 e os 34 anos que constituem famílias unipessoais registou um aumento (de 4,0% para 5,4% no país) comum a todas as regiões, verificando-se em Lisboa e no Algarve os valores mais elevados em 2011. Apesar de não fugirem à tendência de incremento, a região Norte e as regiões autónomas apresentavam as proporções mais baixas, a que não será indiferente o facto de nestas regiões se verificarem os valores mais elevados relativamente à proporção de famílias com cinco ou mais pessoas.

No que respeita ao número de núcleos familiares em que o único filho ou um dos filhos tem entre 25 ou 34 anos, observa-se um aumento de 4% deste tipo de núcleos: 348 983 em 2001; 364 759 núcleos em 2011. Ao nível regional, importa sublinhar que, ao contrário do que se observou relativamente à proporção de jovens que constituem famílias unipessoais, as regiões Lisboa e Algarve detinham os decréscimos mais acentuados e as proporções mais baixas deste tipo de núcleos. Apesar do ligeiro decréscimo entre 2001 e 2011, a proporção mais elevada deste tipo de núcleos situava-se na Região Autónoma da Madeira.

Proporção de pessoas entre os 18 e os 34 anos que constituem famílias unipessoais, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011



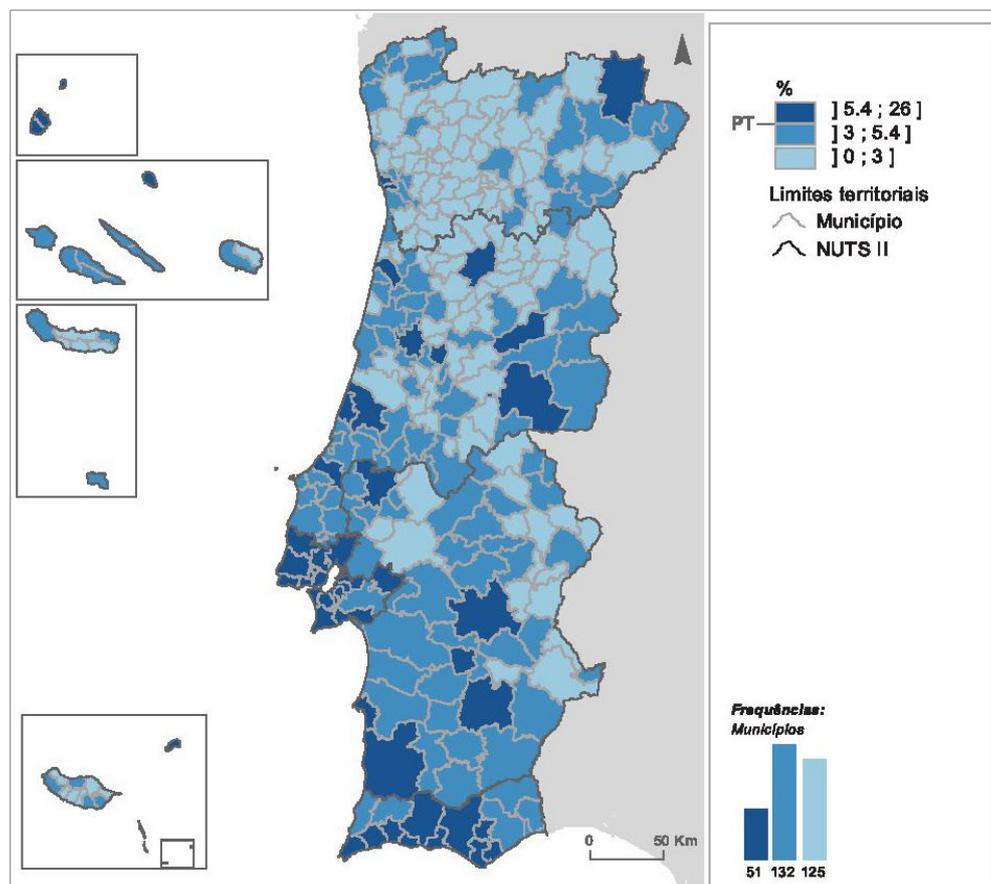
Proporção de núcleos familiares com filhos tendo um dos filhos entre 25 e 34 anos, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2001 e 2011.

O retrato territorial por município da proporção de pessoas entre os 18 e os 34 anos que, em 2011, constituíam famílias unipessoais permite associar valores mais elevados deste fenómeno a contextos municipais de cariz mais urbano, que se caracterizam não só pela maior dinâmica do mercado de trabalho, mas também pela maior diversidade social e cultural.

Proporção de pessoas entre os 18 e os 34 anos que constituem famílias unipessoais, por município, 2011



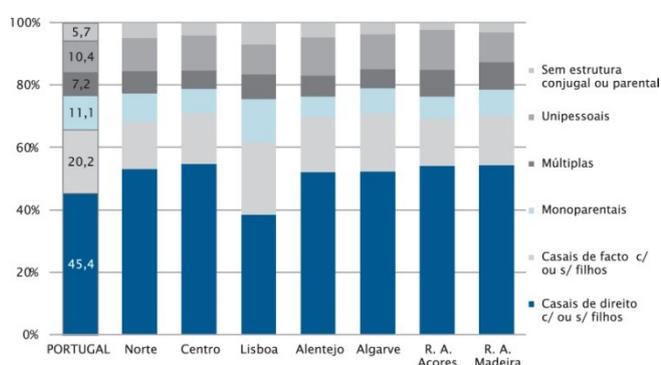
Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

A separação familiar é mais evidente entre a população estrangeira

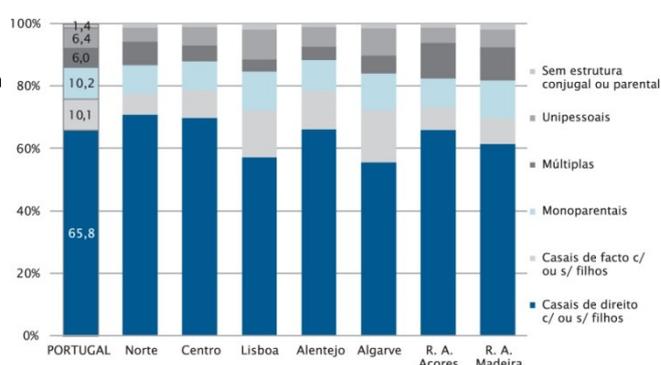
A leitura comparada dos resultados para a população estrangeira e para a população de nacionalidade portuguesa permite observar distribuições diferenciadas tendo em conta os tipos de famílias em que as pessoas se inserem.

Um primeiro resultado a destacar consiste na proporção mais elevada de indivíduos de nacionalidade estrangeira que se inseriam em famílias unipessoais ou sem estrutura conjugal ou parental (16,0% *versus* 7,0% para a população de nacionalidade portuguesa) e que vivem em união de facto (20,2% *versus* 10,1%, respetivamente).

População de nacionalidade estrangeira em idade ativa segundo o tipo de família, Portugal e NUTS II, 2011



População de nacionalidade portuguesa em idade ativa segundo o tipo de família, Portugal e NUTS II, 2011



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

Este contraste é extensivo a todas as regiões do país, verificando-se na Região Autónoma dos Açores as diferenças mais elevadas entre as duas populações, no que diz respeito à proporção de pessoas que viviam em famílias unipessoais (12,8% *versus* 4,8%) e na região Lisboa em relação aos contextos familiares sem estrutura conjugal ou parental (7,0% *versus* 2,0%). Adicionalmente, a proporção de pessoas de nacionalidade estrangeira que viviam em união de facto (23,3%), em famílias monoparentais (13,9%) ou que faziam parte de um contexto sem estrutura conjugal ou parental (7,0%) era comparativamente mais elevada na região Lisboa do que nas restantes regiões do país.

A monoparentalidade com filhos dependentes registou um aumento em todas as regiões

Entre 2001 e 2011, a proporção de núcleos familiares monoparentais no total de núcleos familiares aumentou de 11,6% para 14,9%.

É possível afirmar que os núcleos monoparentais apresentaram uma tendência crescente no período 2001-2011 mantendo-se, no entanto, o predomínio da monoparentalidade feminina (416 núcleos familiares em 2011) nas várias regiões do país.

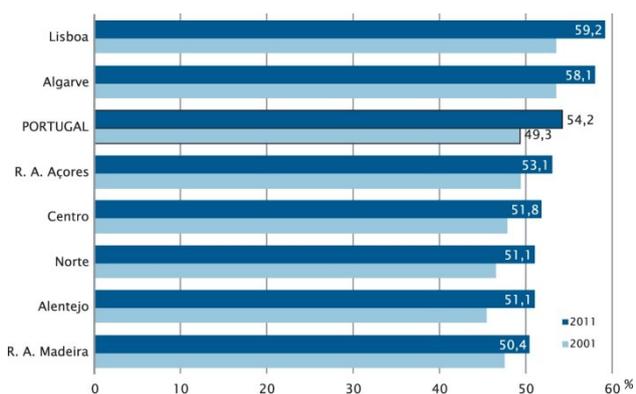
Os núcleos monoparentais contemplam situações muito diversas que vão para além do perfil de mãe ou pai com filhos dependentes mais tipicamente associado à monoparentalidade. De facto, a monoparentalidade inclui também as situações de convivência com filhos de idades mais avançadas. Deste modo, e numa tentativa de distinguir estes

últimos casos dos contextos de monoparentalidade com filhos dependentes, circunscreveu-se o âmbito de análise aos núcleos familiares monoparentais com filhos com menos de 25 anos e em situação de inatividade.

Os dados censitários permitem comparar os resultados ao nível regional e para os anos de 2001 e 2011 relativamente ao número de núcleos familiares monoparentais e monoparentais femininos com filhos inativos e com idade inferior a 25 anos (em 2011, correspondiam a 260 391 e 230 151 núcleos familiares, respetivamente) face ao número de núcleos familiares monoparentais.

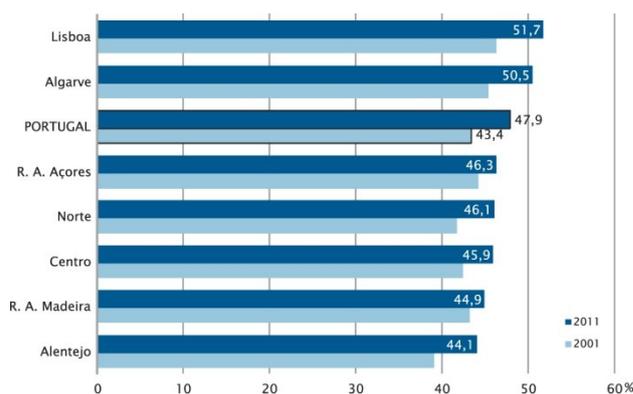
Para além de se observar um incremento global naquela proporção em todas as regiões, o padrão regional destacava as regiões Lisboa e Algarve como aquelas onde se registavam em 2011 valores superiores à média do país e as únicas regiões onde mais de metade dos núcleos monoparentais, em 2011, correspondia a situações de mãe com filhos inativos e com menos de 25 anos.

Proporção de núcleos familiares monoparentais com filhos inativos e idade inferior a 25 anos, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2001 e 2011.

Proporção de núcleos familiares monoparentais de mãe com filhos inativos e idade inferior a 25 anos, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011



A relevância das uniões de facto é crescente e a sua expressão é maior no Sul do Continente

Segundo os dados do recenseamento da população de 2011, no total do país, 12,9% (729 832 pessoas) da população que se encontrava numa relação conjugal vivia em união de facto. Acima deste limiar situavam-se as regiões Algarve, Lisboa e Alentejo com 20,8%, 19,5% e 14,3%, respetivamente.

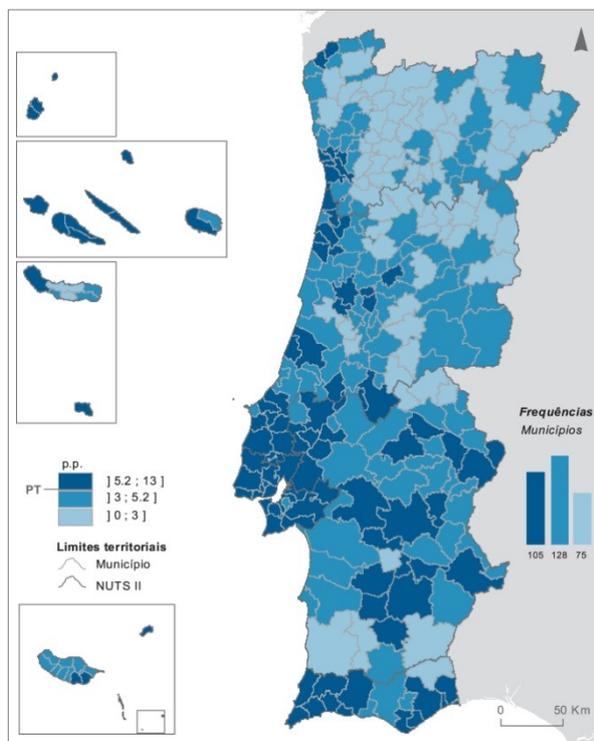
A representação à escala municipal permite identificar a crescente relevância das uniões de facto, entre 2001 e 2011, generalizada a todos os municípios do país.

O retrato territorial em 2011 é revelador de um contraste regional que distancia os municípios localizados nas regiões Norte e Centro, e principalmente, no seu Interior, dos municípios do Litoral Sul e em torno da Área Metropolitana de Lisboa.

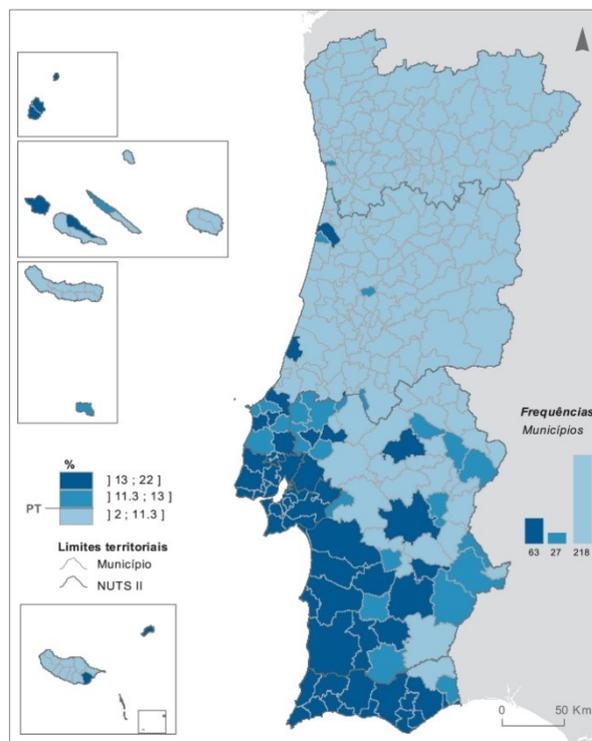
Assim, apesar das tendências verificadas no período intercensitário 2001-2011 em todo o território nacional que salientava a perda de importância relativa, mas ainda dominante, dos núcleos de direito em favor dos núcleos de facto,

mantém-se uma oposição Norte-Sul, com os municípios do Sul do Continente a apresentarem maior expressão relativa dos núcleos conjugais de facto.

Variação da proporção de núcleos conjugais de facto, por município, 2001/2011



Proporção de núcleos conjugais de facto, por município, 2011



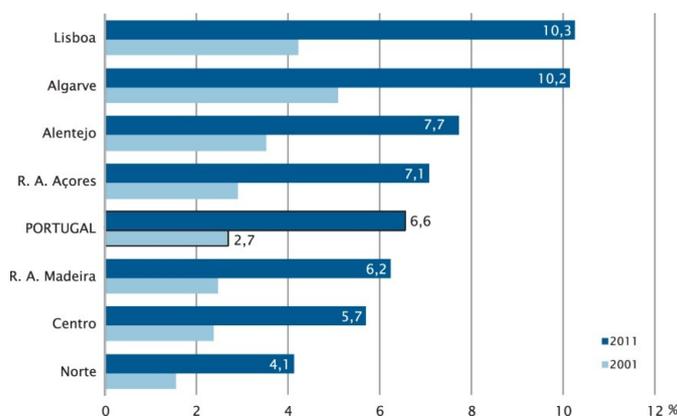
Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2001 e 2011.

A recomposição familiar é mais expressiva nas regiões de Lisboa e do Algarve

Entre 2001 e 2011, a proporção de núcleos familiares reconstituídos, face ao total de núcleos familiares de casais com filhos, aumentou em Portugal de 2,7% para 6,6%, mais do que duplicando na década censitária em análise.

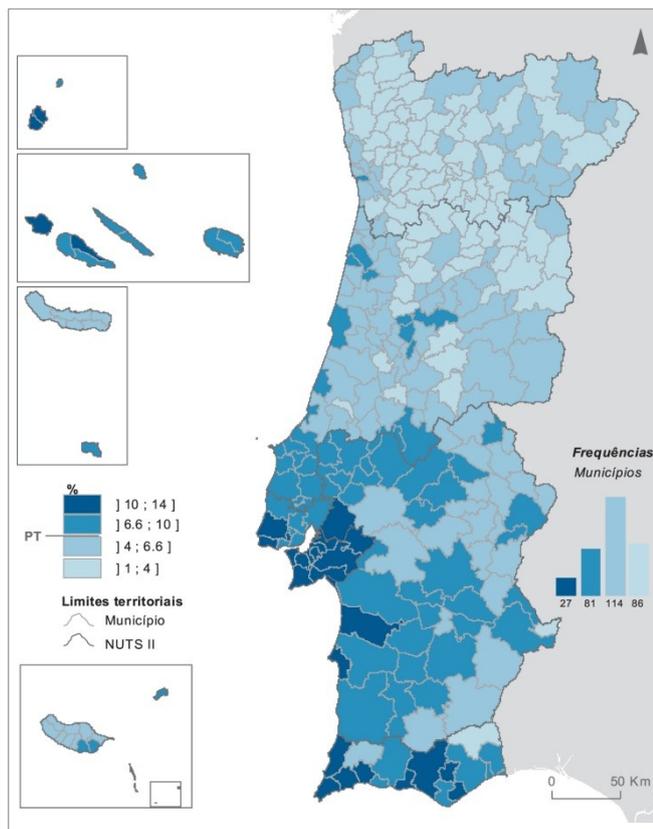
Foi nas regiões Lisboa e Algarve que se verificaram as maiores variações. Em 2011, além destas regiões, situavam-se acima da média nacional o Alentejo e a Região Autónoma dos Açores, tendo a proporção de núcleos familiares reconstituídos crescido, entre 2001 e 2011, em ambas as regiões, 4,2 pontos percentuais.

Proporção de núcleos familiares reconstituídos, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2001 e 2011.

Proporção de núcleos familiares reconstituídos, por município, 2011



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

A proporção de núcleos familiares reconstituídos em 2011 à escala municipal apresenta valores mais elevados num conjunto de 27 municípios localizados, primordialmente na Área Metropolitana de Lisboa e no Algarve, destacando-se ainda municípios do Alentejo Litoral (Grândola e Sines) e da Região Autónoma dos Açores (Lajes das Flores, Santa Cruz das Flores, Horta e São Roque do Pico).

Este padrão territorial contrasta com o verificado no Interior Norte e Centro cujos municípios registavam, na sua maioria, valores abaixo do observado para o total de Portugal (6,6%).

Com proporções mais baixas relativamente à recomposição familiar, evidenciavam-se municípios como Póvoa do Lanhoso, Pinhel, Celorico de Basto, Aguiar da Beira e Cabeceiras de Basto.

III. O DIAGNÓSTICO TERRITORIAL DA REABILITAÇÃO E DO ARRENDAMENTO HABITACIONAIS

No domínio *Crescimento e competitividade*, é traçado *O diagnóstico territorial da reabilitação e do arrendamento habitacionais*, através da caracterização do parque habitacional e da avaliação do excedente de alojamentos, da identificação dos níveis de qualificação da habitação e da expressão do mercado de arrendamento.

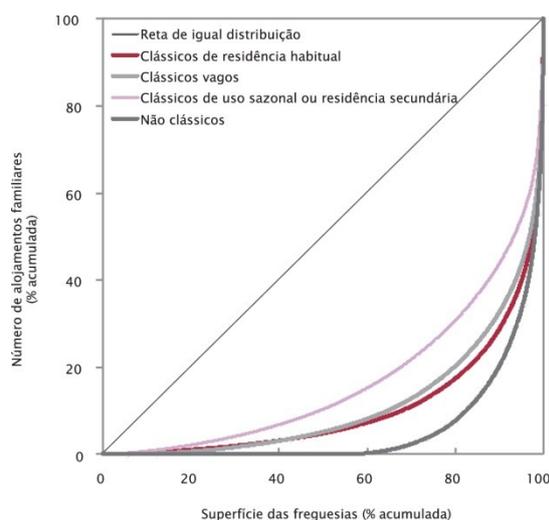
Este diagnóstico procura contribuir para o conhecimento do setor habitacional, na medida em que está em causa a transição de um modelo que tem assentado na construção de habitação e na aquisição de habitação própria para outro apoiado na dinamização da reabilitação e do arrendamento habitacionais.

Os alojamentos familiares clássicos de uso sazonal ou secundário são os que se distribuem de forma mais equitativa pelo território enquanto os alojamentos familiares não clássicos estão mais concentrados

As curvas de concentração seguintes apresentam a síntese da distribuição no território nacional dos alojamentos familiares por tipo de alojamento, recorrendo a informação à escala da freguesia.

Os resultados permitem concluir que os alojamentos clássicos de uso sazonal ou de residência secundária se distribuem mais uniformemente pelo território do que as restantes tipologias. Por outro lado, os alojamentos familiares clássicos de residência habitual e os alojamentos familiares clássicos vagos revelam um grau de concentração territorial aproximado entre si. Por último, os alojamentos familiares não clássicos exibem uma concentração territorial mais acentuada, o que poderá ser facilitador das medidas de intervenção conducentes à reabilitação do parque habitacional.

Curva de concentração dos alojamentos familiares por tipo de alojamento face à superfície, por freguesia, 2011



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 1991, 2001 e 2011.

Índice de Gini da distribuição pelas freguesias dos alojamentos familiares por tipo de alojamento face à superfície, 2011

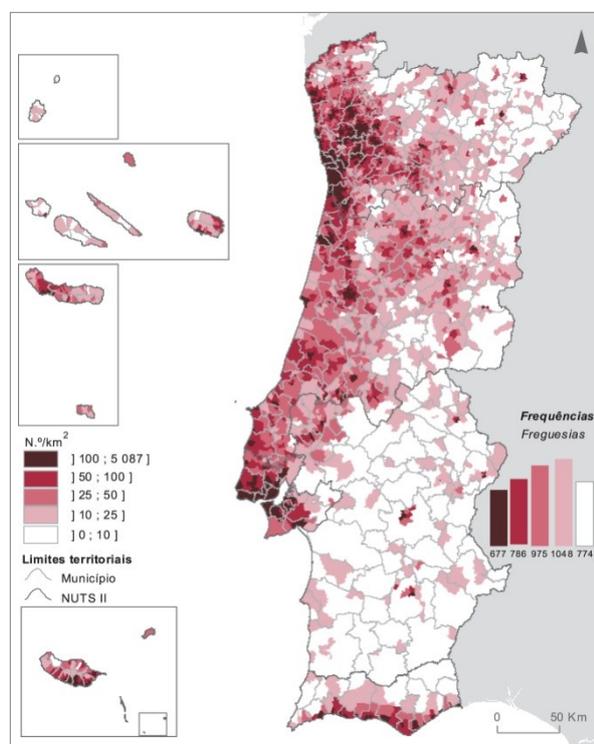
	Índice de Gini		
	1991	2001	2011
Clássicos de residência habitual	57,5	60,6	63,1
Clássicos vagos	55,8	60,0	59,9
Clássicos de uso sazonal ou residência secundária	50,2	50,0	49,3
Não clássicos	77,5	73,8	72,6

Entre 1991 e 2011, verificou-se um reforço da concentração territorial dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual que acompanha a leitura efetuada sobre a litoralização e a bipolarização. Pelo contrário, os alojamentos de uso sazonal ou residência secundária têm vindo a distribuir-se de forma ligeiramente mais equitativa pelo território nacional, o mesmo acontecendo com os alojamentos familiares não clássicos.

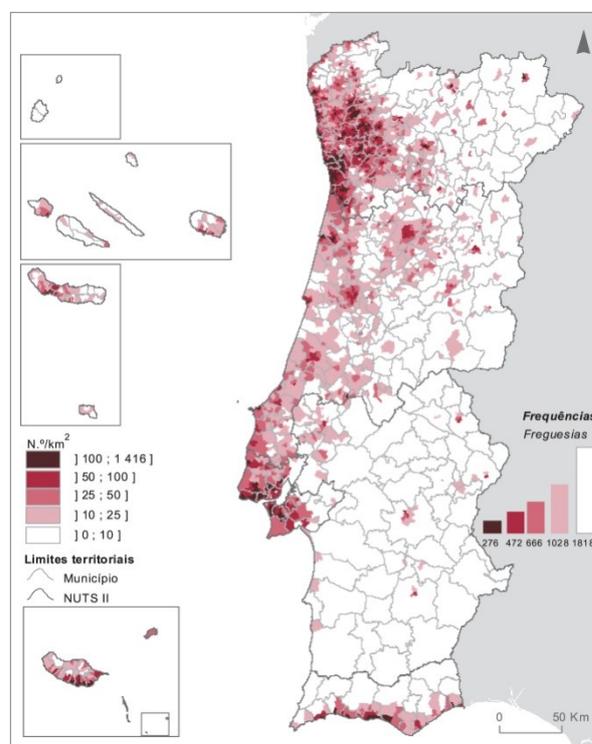
A distribuição territorial dos edifícios construídos após 1990 é mais concentrada do que a verificada até então

Os dados censitários revelam que a dinâmica de construção dos últimos 20 anos foi ainda mais concentrada territorialmente do que a dinâmica construtiva anterior. De facto, o índice de concentração de Gini dos edifícios clássicos construídos até 1990 é de 47%, aumentando para 52% quando se considera os edifícios construídos após 1990. Note-se que 30% dos edifícios recenseados em 2011 foram construídos após 1990.

Densidade dos edifícios clássicos construídos até 1990, por freguesia, 2011



Densidade dos edifícios clássicos construídos após 1990, por freguesia, 2011



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

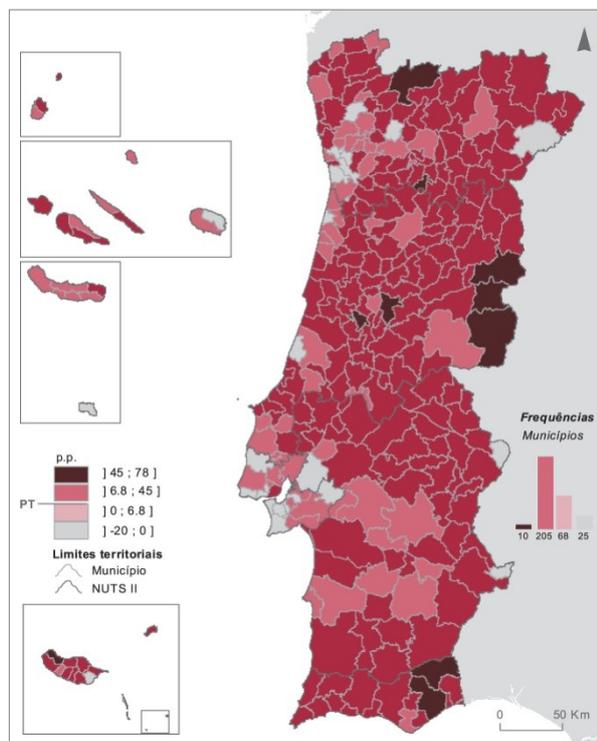
A situação de excesso de alojamentos familiares face ao número de famílias clássicas é comum a todos os municípios nacionais

Em 2011, a situação de excesso de alojamentos familiares face ao número de famílias clássicas era comum a todos os municípios nacionais; em 2001, apenas o município do Corvo apresentava um défice de alojamentos. Entre 2001 e 2011, o excedente de alojamentos apenas se atenuou em 25 municípios, salientando-se um conjunto de nove municípios localizados na Área Metropolitana de Lisboa, com destaque para Sesimbra (-19%), seguindo-se Almada e Cascais (-10%, em ambos os casos); mas também quatro municípios integrados na Área Metropolitana do Porto, evidenciando-se São João da Madeira (-6%).

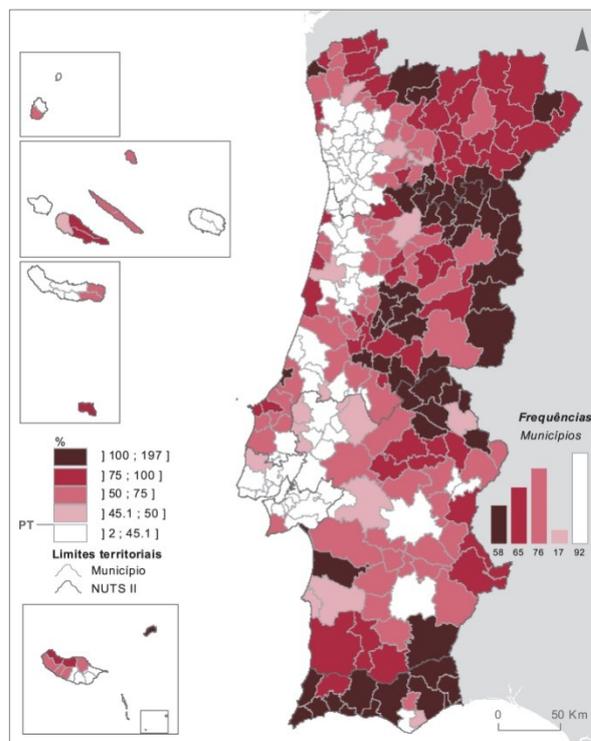
Entre os municípios onde o excedente habitacional mais se acentuou, destaca-se um contínuo no Interior Centro formado por Sabugal, Penamacor, Idanha-a-Nova mas também o território algarvio constituído pelos municípios de Alcoutim e de Tavira. Assim, o retrato territorial deste saldo em 2011 destacava, pelo maior excedente relativo, o

Interior Norte e Centro do Continente e o Algarve e, pelo menor excedente relativo, o Litoral ocidental, o Alentejo e as regiões autónomas.

Varição do excedente de alojamentos, por município, 2001/2011



Excedente de alojamentos, por município, 2011



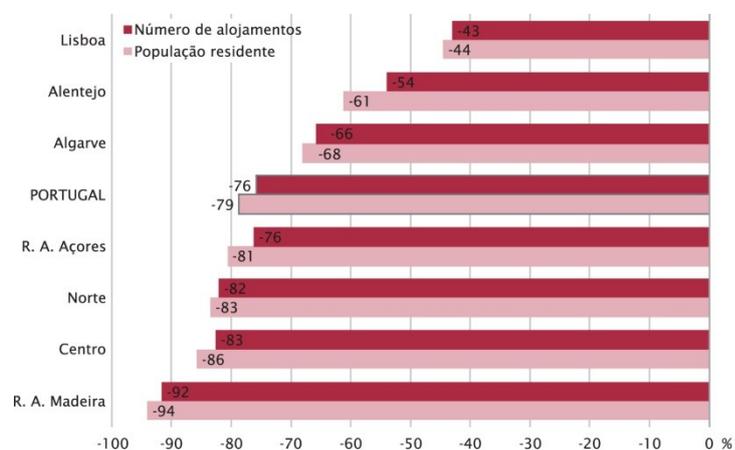
Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2001 e 2011.

Registou-se uma redução generalizada do número de alojamentos familiares não clássicos; não foi recenseado qualquer alojamento familiar deste tipo em mais de dois terços das freguesias

Em 2011, a proporção de alojamentos não clássicos no conjunto dos alojamentos familiares era de 0,11%, refletindo um total de 6 612 alojamentos ocupados para residência habitual e correspondentes, maioritariamente, a barracas, casas rudimentares de madeira, alojamentos móveis ou alojamentos improvisados em edifícios, traduzindo uma redução de 76% face a 2001.

A redução da população residente em alojamentos familiares não clássicos foi ainda mais significativa (cerca de 79%), passando de 82 mil para 17 mil indivíduos.

Taxa de variação do número de alojamentos familiares não clássicos e da população residente em alojamentos familiares não clássicos, Portugal e NUTS II, 2001/2011

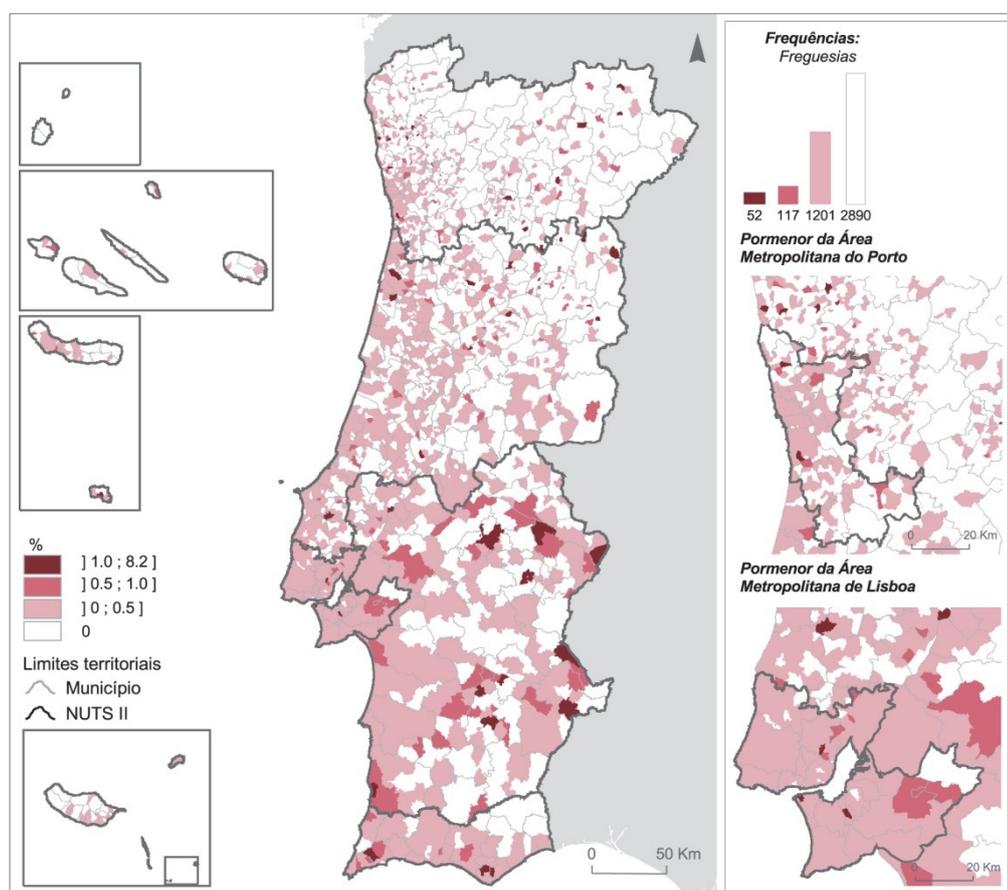


Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2001 e 2011.

Em 99 dos 308 municípios portugueses, a proporção de alojamentos familiares não clássicos ficava, em 2011, acima da média nacional (0,11%). Aos dois municípios onde, em 2001, não foi registado qualquer alojamento familiar clássico – Nordeste e Corvo (ambos na Região Autónoma dos Açores) – juntaram-se, em 2011, mais 31 municípios (maioritariamente pertencentes às regiões autónomas e ao Interior continental Norte).

O retrato territorial salienta a maior incidência de alojamentos não clássicos no Sul do Continente (sobretudo, no Alentejo e no Algarve mas também na região de Lisboa) por oposição ao Norte e Centro continentais e às regiões autónomas. Em mais de dois terços das 4 260 freguesias existentes no momento censitário (2 890), não foi recenseado qualquer alojamento familiar não clássico.

Proporção de alojamentos familiares não clássicos, por freguesia, 2011



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2001 e 2011.

Os dados revelam um parque habitacional mais recente em melhor estado de conservação em todas as regiões

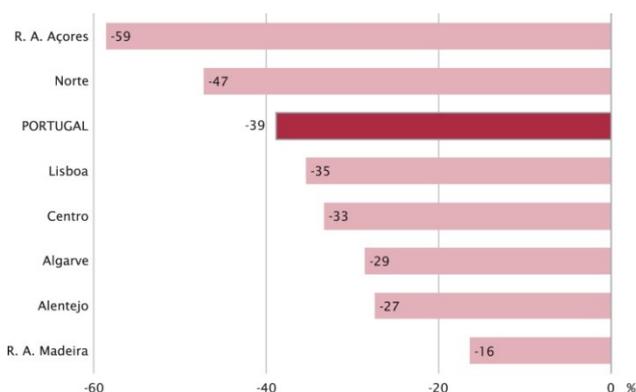
Entre 2001 e 2011, o número de edifícios clássicos com necessidade de grandes reparações ou muito degradados reduziu-se em quase 40% no conjunto do país. Este sentido de evolução foi comum às sete regiões NUTS II, tendo a redução sido maior na Região Autónoma dos Açores e na região Norte.

Os dados censitários evidenciam a melhoria que se tem verificado na qualificação do parque habitacional no que

Retrato Territorial de Portugal – 2011

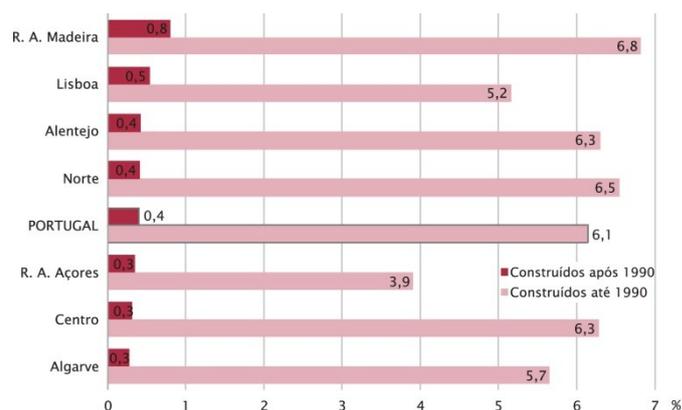
respeita à proporção de edifícios clássicos com necessidade de grandes reparações ou muito degradados, salientando a reduzida expressão dos edifícios naquelas condições no parque habitacional construído nas últimas duas décadas. A Região Autónoma da Madeira é a região onde esta proporção era mais elevada, quer para os edifícios construídos até 1990, quer para os que foram construídos posteriormente.

Taxa de variação do número de edifícios clássicos com necessidade de grandes reparações ou muito degradados, Portugal e NUTS II, 2001/2011



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

Proporção de edifícios clássicos com necessidade de grandes reparações ou muito degradados construídos até 1990 e construídos após 1990, Portugal e NUTS II, 2011



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

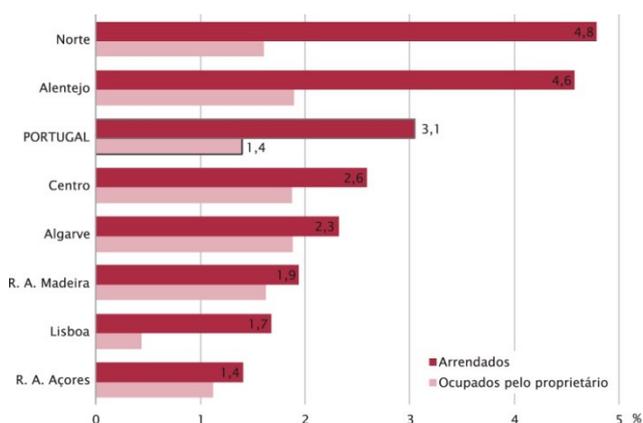
Os alojamentos arrendados apresentam mais carências internas do que os alojamentos ocupados pelo proprietário

A análise das carências internas das habitações pode ser desenvolvida com base na segmentação dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual entre os que, em 2011, se encontravam ocupados pelo proprietário e os que estavam arrendados.

Verifica-se que os alojamentos arrendados apresentavam, a este nível, mais carências do que os habitados pelo proprietário.

Este diferencial era maior nas regiões Norte e Alentejo. Pelo contrário, nas regiões autónomas, verificava-se a menor diferenciação em termos de infraestruturas básicas entre habitação ocupada pelo proprietário e habitação arrendada.

Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados e ocupados pelo proprietário sem pelo menos uma das infraestruturas básicas, Portugal e NUTS II, 2011



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

Nota: As infraestruturas básicas incluem água canalizada, sistema de esgotos, instalação de banho ou duche.

O mercado de arrendamento contraiu-se na generalidade dos municípios do Interior continental, apesar do aumento do número de alojamentos arrendados ou subarrendados em todas as regiões NUTS II

Dos quase quatro milhões de alojamentos familiares clássicos de residência habitual, um quinto (cerca de 800 mil) eram ocupados, em 2011, por arrendatários; 73% eram ocupados pelo proprietário e os restantes 7% configuravam situações residuais como a cedência gratuita ou a ocupação enquanto porteiro(a).

No conjunto do país, o número de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados ou subarrendados aumentou 7,3%. Este aumento foi comum às sete regiões NUTS II mas mais intenso na Região Autónoma dos Açores, no Algarve e na Região Autónoma da Madeira.

Também a leitura da taxa de variação do número de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados ou subarrendados entre 2001 e 2011 ao nível do município destaca a generalidade dos municípios das regiões autónomas e do Algarve.

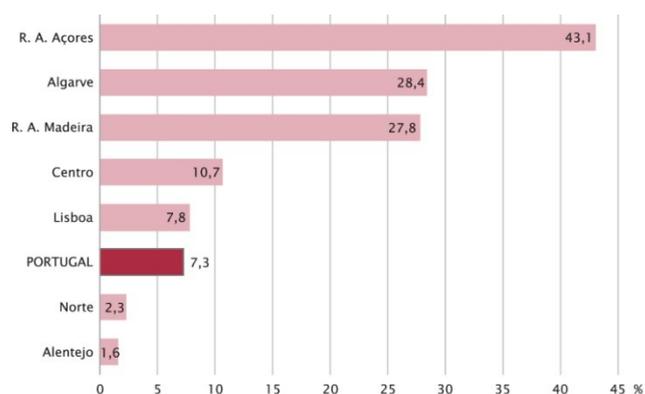
No Continente português, a imagem territorial salienta o aumento destes alojamentos sobretudo no Litoral mas também nos municípios do Baixo Alentejo. Assim, no Interior das regiões Norte (incluindo a confluência entre as sub-regiões do Ave e do Tâmega) e Centro, no Alto Alentejo e no Alentejo Central, o mercado de arrendamento contraiu-se entre 2001 e 2011 na generalidade dos municípios.

O retrato municipal da proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados ou subarrendados em 2011 destaca os centros metropolitanos – municípios de Lisboa (42%) e do Porto (44%) com as maiores proporções de alojamentos arrendados mas também outros municípios metropolitanos (como a Amadora, Loures e Almada, por um lado, e Espinho, Matosinhos e São João da Madeira, por outro lado).

Sobressaem igualmente municípios do Algarve (sobretudo, Faro e Albufeira) mas também municípios que integram cidades de dimensão média no contexto do sistema urbano nacional como Guimarães, Évora, Funchal, Portalegre, Covilhã, Braga, Coimbra e Aveiro.

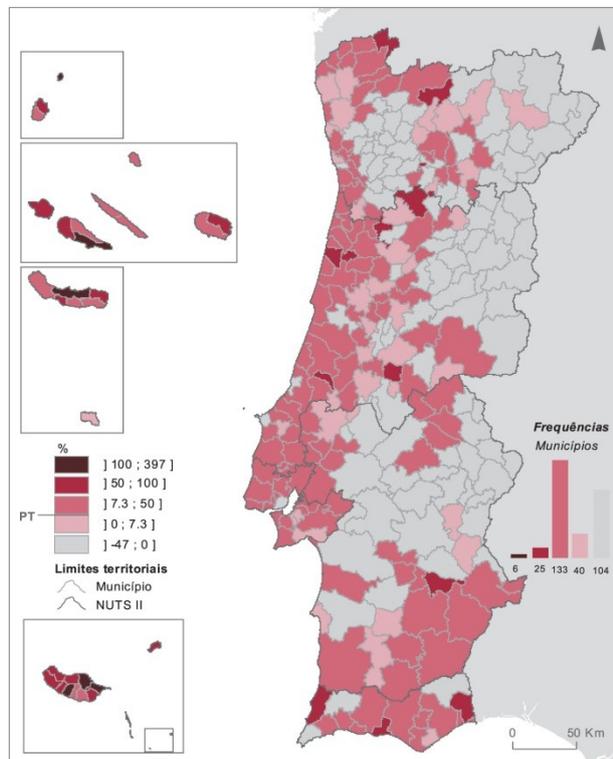
A este padrão, que sugere uma associação entre o grau de urbanização dos territórios e a expressão dos alojamentos arrendados, acresce uma faixa que atravessa Portugal continental da Península de Setúbal ao Alentejo Central, onde se destacam os municípios de Montemor-o-Novo, Évora, Redondo, Estremoz, Vila Viçosa, Elvas, Arronches, Portalegre e Marvão.

Taxa de variação do número de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados ou subarrendados, Portugal e NUTS II, 2001/2011

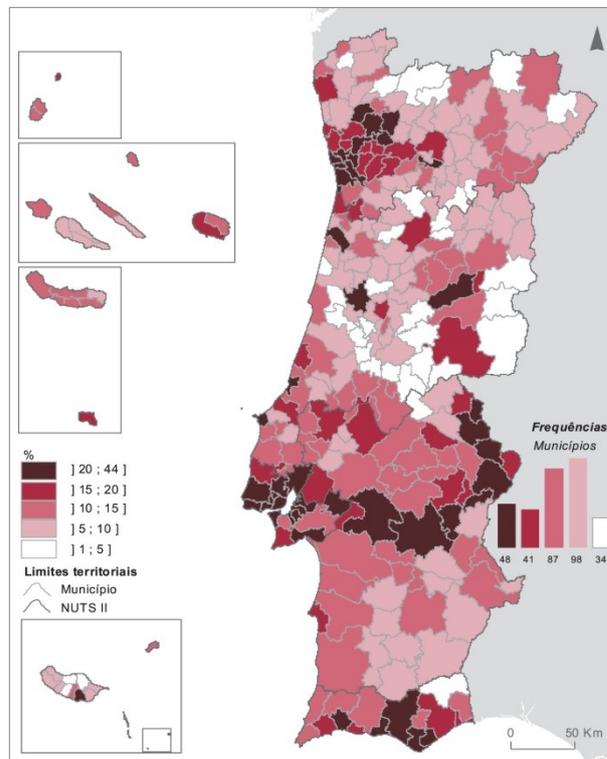


Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2001 e 2011.

Taxa de variação do número de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados ou subarrendados, por município, 2001/2011



Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados ou subarrendados, por município, 2011



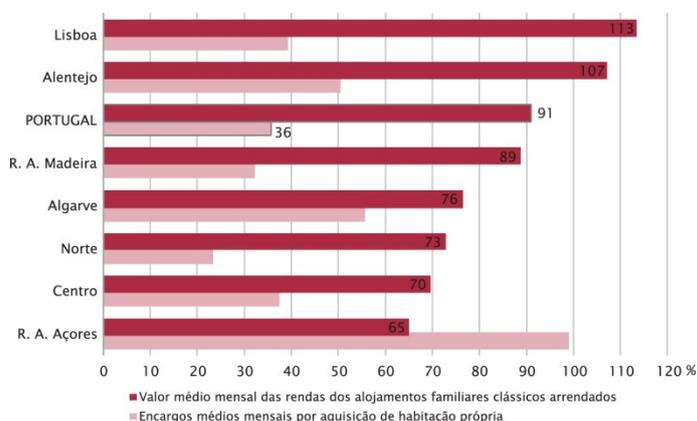
Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2001 e 2011.

O valor médio das rendas aumentou mais do que os encargos por compra de habitação própria em todas as regiões do país com exceção da Região Autónoma dos Açores

Em 2011, o valor médio mensal das rendas de habitação era de 235 euros, refletindo um acréscimo de 112 euros face ao valor médio de 123 euros que havia sido apurado no recenseamento de 2001 (+91%). Em ambos os momentos, o valor médio das rendas ficava aquém do valor médio dos encargos mensais com habitação própria que aumentou cerca de 104 euros, passando de 291 para 395 euros (+36%).

A Região Autónoma dos Açores não acompanhou a tendência observada no restante território no que respeita a um crescimento relativo mais significativo do valor médio mensal das rendas face ao registado para os encargos médios mensais por aquisição de habitação própria.

Taxa de variação da média das rendas mensais com alojamentos arrendados e taxa de variação da média de encargos mensais com alojamentos próprios, Portugal e NUTS II, 2001/2011



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2001 e 2011.

Pelo contrário, a região de Lisboa evidenciou a diferença mais elevada entre a taxa de variação do valor médio das rendas e a taxa de variação dos encargos médios mensais por aquisição de habitação própria.

O valor médio das rendas é mais elevado para os contratos de arrendamento mais recentes e com prazo certo

Os dados revelam uma relação negativa entre o valor médio das rendas e a antiguidade dos contratos de arrendamento.

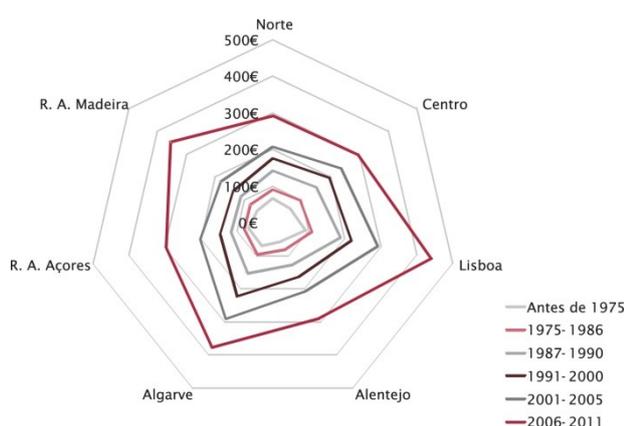
Para os contratos celebrados antes de 1975, o valor médio das rendas ficava, em 2011, aquém dos 100 euros nas sete regiões NUTS II do país enquanto, para os contratos mais recentes celebrados entre 2006 e 2011, o valor ultrapassava os 290 euros em todas as regiões.

Na generalidade dos escalões de antiguidade, a renda média mais elevada registava-se na região de Lisboa. Pelo contrário, a Região Autónoma da Madeira apresentava os valores mais baixos do país para todos os escalões de antiguidade com exceção dos contratos celebrados nos cinco anos anteriores ao momento censitário, para os quais detinha o terceiro valor mais elevado do país, a seguir a Lisboa e ao Algarve.

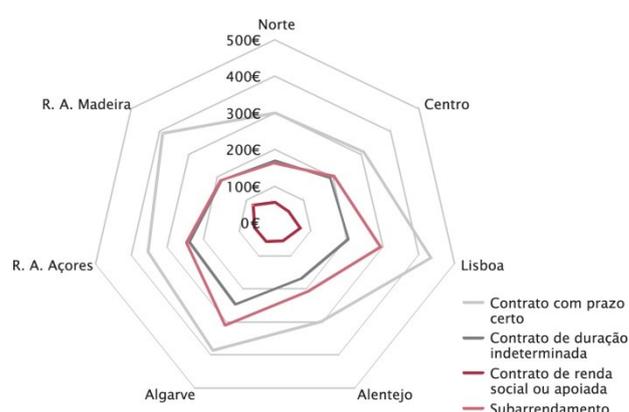
A consideração da forma de arrendamento permite complementar a análise das especificidades territoriais do mercado de arrendamento. Em 2011, a média das rendas mensais associada a contratos de arrendamento com prazo certo era mais elevada em todas as regiões do país face às restantes formas de arrendamento (tal como já acontecia em 2001).

Os contratos de renda social ou apoiada estavam associados a menores valores da renda mensal em todas as regiões.

Média das rendas mensais com alojamentos arrendados, segundo a época do contrato de arrendamento, por NUTS II, 2011



Média das rendas mensais com alojamentos arrendados, segundo a forma de arrendamento, por NUTS II, 2011



Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação, 2011.

Nota técnica

O Retrato Territorial de Portugal é uma publicação de periodicidade bienal que visa valorizar, numa base analítica, a informação estatística de âmbito territorial produzida pelo Sistema Estatístico Nacional, explorando temáticas com relevância territorial centradas em três domínios de análise: *Qualificação territorial*, *Qualidade de vida e coesão* e *Crescimento e competitividade*.

No domínio *Qualificação territorial*, são analisadas características físicas dos territórios que estruturam a organização do território – as formas de povoamento, a distribuição de equipamentos e infraestruturas e o património natural – assumindo uma perspetiva de desenvolvimento sustentável dos territórios, centrada na valorização dos recursos endógenos para a promoção da competitividade e coesão globais. Os domínios *Qualidade de vida e coesão* e *Crescimento e competitividade* constituem abordagens com base em elementos fundamentais dos processos de reprodução social e económica que identificam a evolução das diversidades espaciais de desenvolvimento, assumindo que os territórios apresentam capacitações e desempenhos diferenciados e que constituem contextos permeáveis às dinâmicas ocorridas noutros territórios e/ou a outras escalas geográficas.

A análise em cada domínio do Retrato Territorial de Portugal desenvolve-se com uma estrutura comum. Inicia-se com um ponto de enquadramento onde se apresenta a importância da temática em análise e se define a perspetiva de abordagem sobre a informação estatística associada a tópicos de discussão. São identificados os indicadores em análise e apresentados os principais resultados, recorrendo a imagens gráficas e cartográficas. Cada domínio termina com as considerações finais que retomam as principais conclusões que decorreram da análise desenvolvida.

Nesta edição, são analisadas as temáticas seguintes: *A caracterização do sistema urbano e a organização do território*, *A perspetiva territorial das transformações familiares recentes* e *O diagnóstico territorial da reabilitação e do arrendamento habitacionais*. As análises desenvolvidas têm por base os resultados definitivos dos Censos 2011, disponibilizados em novembro de 2012, e de anteriores recenseamentos da população e da habitação. O INE pretende desta forma contribuir para um conhecimento mais alargado das potencialidades da informação censitária aplicada a temáticas de base territorial.

A publicação integral bem como os dados estatísticos e as figuras que suportam a análise estão disponíveis em www.ine.pt, na opção Informação Estatística, Publicações.